



**ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**

Justificativa

A proposta de alteração do horário de realização da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rolim de Moura, RO., se faz necessária em virtude de diversos fatores que visam otimizar o funcionamento desta Casa Legislativa e garantir uma maior participação da população nas atividades parlamentares.

O novo horário proposto visa facilitar a participação dos cidadãos nas sessões, permitindo que mais pessoas possam acompanhar e contribuir com os debates e decisões que impactam diretamente a vida dos Rolimourenses. A mudança para um horário mais acessível pode incentivar a presença da comunidade, promovendo um ambiente democrático e participativo.

Com um horário que favoreça a presença tanto dos vereadores quanto da população, espera-se que as deliberações sejam mais produtivas e representativas, refletindo de forma mais fiel as necessidades e anseios da comunidade.

Diante do exposto, a alteração do horário de realização da Sessão da se justifica como uma medida que visa promover a transparência, a participação cidadã e a eficiência no trabalho legislativo.

Rolim de Moura, Rondônia, **08 de Abril** de 2025.

IVAN FERREIRA VASCONCELOS

Presidente/CMRM

ROSA JANETE CARNEIRO LINS

Vice-Presidente/CMRM


THIAGO GONÇALVES DA LUZ

1º Secretário/CMRM



APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS

Vereador/CMRM



CIDINEI FURTUNATO

Vereador/CMRM



EDERSON A. DE ALBUQUERQUE

Vereador/CMRM



EDILSON DOS SANTOS

Vereador/CMRM



MARCO A. JOAQUIM SILVA

Vereador/CMRM



MARCELO H. BELGAMAZZI

Vereador/CMRM



**ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**

Projeto de Resolução nº 001/2025.

Sumula: "Da nova redação ao art. 127 do Regimento Interno".

O PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, ESTADO DE RONDÔNIA, por deliberação de seu Plenário, estatui e a Mesa Diretora promulga e publica a seguinte;

Resolução:

Art. 1º Da nova redação ao art. 127 da Resolução nº 05 de 02 de junho de 2017 - Regimento Interno, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 127 - As Sessões Ordinárias serão semanais, realizando-se às segundas-feiras com duração de até três (03) horas, iniciando-se às 19 (dezenove) horas e havendo um intervalo de 15 (quinze) minutos entre o termino do expediente e o inicio da Ordem do Dia.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rolim de Moura, Rondônia, **08 de Abril** de 2025.

IVAN FERREIRA VASCONCELOS

Presidente/CMRM

ROSA JANETE CARNEIRO LINS

Vice-Presidente/CMRM

THIAGO GONÇALVES DA LUZ

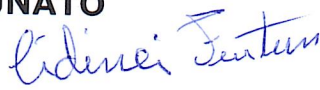
1º Secretário/CMRM


APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS

Vereador/CMRM

CIDINEI FURTUNATO

Vereador/CMRM




EDERSON A. DE ALBUQUERQUE

Vereador/CMRM


EDILSON DOS SANTOS

Vereador/CMRM


MARCO A. JOAQUIM SILVA

Vereador/CMRM


MARCELO H. BELGAMAZZI

Vereador/CMRM



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA
LEGISLATIVO**

Senhor Presidente:

O Projeto de Resolução de autoria do Poder Legislativo, de nº. **001/2025**, que dispõe sobre: ***Da nova redação ao art. 127 do Regimento Interno***, foi autuado nesta sala do Legislativo na data de 08 de abril de 2025.



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

À Técnica Legislativa:

Que seja providenciado a Tramitação do Projeto de Resolução, observando os prazos estabelecidos no Regimento Interno deste Poder Legislativo.

Presidência, em: 23 / 04 / 25

IVAN FERREIRA VASCONCELOS
Presidente/CMRM



CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA
PODER LEGISLATIVO

À

Assessoria Jurídica

De acordo com o Art. 197¹, § 1º² do Regimento Interno desta Casa de Leis, encaminho a Vossa Excelência, o Projeto de Resolução nº **001/2025**, para que no prazo legal seja fornecido o respectivo Parecer Técnico Jurídico.

Rolim de Moura, em: ____/____/____

¹ Art. 197 - Toda Matéria sujeita a deliberação da Câmara terá parecer técnico-legislativo, sem análise de mérito, que será dado pela assessoria jurídica.

² § 1º Para assegurar o Parecer prévio neste artigo será enviada cópia das matérias tão logo sejam apresentados à Câmara, tendo o assessor o prazo improrrogável de 05 (cinco) dias para se pronunciar.